

# Estudo Técnico Preliminar 12/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: PAE 64492023

## 2. Objetivo

Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO em prédios da Justiça Eleitoral no interior do estado do Rio Grande do Norte, com fornecimento de mão de obra, nas instalações dos Cartórios Eleitorais dos municípios seguintes: **GRUPO 01:** Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parnamirim, Santo Antônio, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibú, São Paulo do Potengi e Tangará; **GRUPO 02:** Ceará Mirim, João Câmara, Touros, São Bento do Norte e Macau; **GRUPO 04:** Alexandria, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel e Umarizal; **GRUPO 05:** Acari, Caicó, Currais Novos, Florânia, Jucurutu e Parelhas, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO PREDIAL - SCOP	VLADIMIR PAIVA DE SOUZA

## 4. Descrição da necessidade

A contratação se dá em face da necessidade de padronizar as contratações de todos os grupos de Cartórios do Interior do Estado que mantém mão de obra terceirizada, cujos contratos atuais remontam aos termos da antiga Lei Trabalhista que regravava um regime de trabalho de até 36 horas semanais, através dos Contratos 006/2020 (firmado com a empresa Clarear para Grupos 01 e 02) e 007/2020 (firmado com a empresa Impacto para os Grupos 04 e 05), inicialmente vigente por 20 meses desde o dia 01/04/2020. As vigências iniciais dos contratos já foram prorrogadas duas vez por mais 20 (vinte) meses.

Considerando que recentemente houve uma nova contratação para o Grupo 03, cujo regime de trabalho já de delineou pelo novo regramento trabalhista que permite a contratação de apenas 06 (seis) horas diárias (30 horas semanais), sentiu-se a

necessidade de padronizar/estender o mesmo patamar de contratação para os demais grupos (01, 02, 04 e 05).

Atualmente encontram-se vigentes os dois contratos citados para execução dos serviços de limpeza dos Cartórios do Interior do Estado, cujas empresas demonstram até o momento boa qualidade no serviço e boa capacidade financeira para cumprir as obrigações contratuais em dia, divididos em grupos da seguinte forma:

a) CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA – executa os serviços nos Grupos 01 (Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parnamirim, Santo Antônio, São G Amarante, São José de Mipibú, São Paulo do Potengi, Tangará) e 02 (Ceará-Mirim, João Câmara, Touros, São Bento do Norte, Macau), através do Contrato 006/2020;

b) IMPACTO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – executa os serviços nos Grupos 04 (Alexandria, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel e Umarizal) e 05 (Acari, Caicó, Currais Novos, Florânia, Jucurutu e Parelhas).

Importante registrar a adoção de regime de trabalho parcial (30 horas semanais), se mostra mais vantajoso economicamente além de suprir as necessidades deste Regional, uma vez que coincide exatamente com a quantidade de horas que os Cartórios Eleitorais funcionam no interior do Estado.

## **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

A execução indireta dos serviços de limpeza de prédios é recomendada pela conveniência econômica e sustentável, bem como pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do TRE/RN.

Para a contratação haverá as seguintes exigências:

- a) Indicação de preposto, por meio de documento formal, para representá-la na execução do contrato;
- b) Fardamento padrão para a categoria dos ASG, a ser indicado no Termo de Referência;
- c) Possuir quadro de pessoal suficiente para não haver interrupção dos serviços nos casos de faltas, férias, licenças, entre outros;
- d) Treinamento dos profissionais que executarão os serviços, com apresentação de certificado, abrangendo os seguintes temas: aspectos de higiene e segurança do trabalho; técnicas de higienização dos equipamento, utensílios e alimentos; apresentação pessoal; técnicas de servir bebidas e alimentos; atendimento ao cliente;
- e) Apresentação de atestado de capacidade técnica, a ser indicado no Termo de Referência.

f) O serviço deverá ser executado durante todo o horário de funcionamento do cartório eleitoral, pelas seguintes razões:

f1) Importância de sempre ter um profissional responsável por limpeza e conservação no ambiente de trabalho, uma vez que, trata-se de local de atendimento ao público onde incidentes podem ocorrer, como derramamento de líquidos no piso ou em cima de mesas/equipamentos, inclusive podendo danificar equipamentos caso não ocorra ação de limpeza imediata; ação ostensiva de limpeza no(s) banheiro(s) disponível(is) ao público eleitor; em caso de chuva, enxugamento permanente do piso para evitar acidentes. São situações que, caso não existisse profissional no local, poderiam ocasionar acidentes.

g) A empresa contratada deverá demonstrar que possui capacidade técnica e econômica para prestar o serviço objeto do Termo de Referência e a ser elaborado. Também deverá estar em quitação com a Receita Federal FGTS e Justiça Trabalhista.

g1) Na licitação, na fase de aceitação da proposta, a empresa deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços;

g2) Não será exigida a apresentação de convenção coletiva do trabalho - CCT específica (conforme jurisprudência do TCU) mas a empresa participante deverá indicar em sua planilha de custos e formação de preços a CCT que serviu de base para a elaboração;

g3) Na fase de habilitação econômico-financeira deverá ser apresentada documentação exigida em Edital;

g4) Na fase de habilitação técnica deverá apresentar atestado de capacidade técnica além da comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos ininterruptos ou não, de acordo com o disposto na IN 05/2017-SEGES/MPG.

h) Este contrato conterá IMR - Instrumento de Medição de Resultados, que será elaborado no momento de confecção do Termo de Referência, como forma objetiva de atestar a qualidade do serviço prestado mensalmente pela Contratada.

## **6. Levantamento de Mercado**

A contratação é de serviços com fornecimento de mão de obra exclusiva. Para atender o objeto do contrato, verifica-se que o mercado é bem servido, havendo várias empresas nesse segmento de serviços.

Das formas de regime de trabalho pesquisadas, analisamos as seguintes, considerando que os Cartórios Eleitorais do Interior trabalham 6 (seis) horas diárias em períodos não eleitorais:

- 26 horas semanais trabalhadas: desconsideramos essa possibilidade, uma vez que parte do expediente cartorário ficaria descoberto. Esse horário sem profissional seria no início ou no final do expediente de funcionamento do cartório eleitoral, que costumam ser os horários de maior fluxo de atendimento;
- 30 horas semanais trabalhadas: este regime de trabalho mostrou-se o que melhor se enquadra por cobrir o atendimento integral de todo o expediente dos Cartórios Eleitorais. Com profissional sempre disponível, mantêm-se o ambiente sempre limpo /conservado; evita-se acidentes por líquidos derramados no piso; mal cheio por alimentos jogados no chão, etc;
- 44 horas semanais trabalhadas: esta opção deixaria o serviço de limpeza por duas horas diárias a mais, se mostrando desnecessário às necessidades dos Cartórios Eleitorais do Interior, além de provocar acréscimo orçamentário, sendo desvantajoso para o Tribunal do ponto de vista econômico/financeiro.

A contratação pelo regime parcial de 30 horas semanais se mostra a mais apropriada para a execução dos serviços demandados nesses estudos preliminares por cumprir integralmente o horário de funcionamento do cartório eleitoral e suprir a necessidade da instituição.

Ainda, pelo fato do TRE já possuir os equipamentos condizentes com a prestação dos serviços, não havendo necessidade de adequação física e/ou de máquinas e/ou acessórios.

## **7. Descrição da solução como um todo**

Objetivando viabilizar a manutenção dos serviços de limpeza dos Cartórios do Interior (Grupo 03), como solução de continuidade aos trabalhos, que já estão sendo desenvolvidos por meio de empresa

especializada/terceirizada (contrato 005/2020), estamos convictos da necessidade de licitar com uma nova empresa e novo período de trabalho (20 meses) com as empresas disponíveis no mercado de trabalho para executarem os serviços propostos nos imóveis da Justiça Eleitoral do Estado (Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parnamirim, Santo Antônio, São G Amarante, São José de Mipibú, São Paulo do Potengi, Tangará, Ceará-Mirim, João Câmara, Touros, São Bento do Norte, Macau, Alexandria, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel e Umarizal, Acari, Caicó, Currais Novos, Florânia, Jucurutu e Parelhas), adotando-se, para fins de jornada trabalhista, 30 horas de trabalho semanais.



## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Os postos de trabalho a serem contratados abrangem os seguintes prédios do TRE/RN com 01 (um) profissional ASG residente, com mão de obra exclusiva para cada edificação apontada abaixo:

- Macaíba
- Monte Alegre - 01 posto de trabalho de ASG
- Nízia Floresta - 01 posto de trabalho de ASG
- Nova Cruz - 01 posto de trabalho de ASG
- Parnamirim - 01 posto de trabalho de ASG
- Santo Antônio - 01 posto de trabalho de ASG
- São Gonçalo do Amarante - 01 posto de trabalho de ASG
- São José de Mipibú - 01 posto de trabalho de ASG
- São Paulo do Potengi - 01 posto de trabalho de ASG
- Tangará - 01 posto de trabalho de ASG
- Ceará Mirim - 01 posto de trabalho de ASG
- João Câmara - 01 posto de trabalho de ASG
- Touros - 01 posto de trabalho de ASG
- São Bento do Norte - 01 posto de trabalho de ASG
- Macau - 01 posto de trabalho de ASG
- Alexandria - 01 posto de trabalho de ASG
- Luís Gomes - 01 posto de trabalho de ASG
- Pau dos Ferros - 01 posto de trabalho de ASG
- Portalegre - 01 posto de trabalho de ASG
- São Miguel - 01 posto de trabalho de ASG
- Umarizal - 01 posto de trabalho de ASG
- Acari - 01 posto de trabalho de ASG
- Caicó - 01 posto de trabalho de ASG
- Currais Novos - 01 posto de trabalho de ASG
- Florânia - 01 posto de trabalho de ASG
- Jucurutu - 01 posto de trabalho de ASG
- Parelhas - 01 posto de trabalho de ASG

TOTAL = 27 prédios do TRE/RN com 1 ASG em cada prédio (27 postos de trabalho de ASG)

### 8.2. RESUMO DE QUANTIDADES DAS NECESSIDADES APONTADAS:

- . 27 Postos de Trabalho de ASG (01 para cada prédio de Cartório Eleitoral do Interior)
- . 120 Pacotes de serviços - 1 (um) profissional durante 1 (um) dia de segunda a sexta-feira (6 horas/dia)
- . 100 Pacotes de serviços - 1 (um) profissional durante 1 (um) dia aos sábados (6 horas/dia).
- . 100 Pacotes de serviços - 1 (um) profissional durante 1 (um) dia aos domingos e feriados (6 horas/dia).

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.259.581,89

9.1. Através de coleta de preços de mercado, chegamos aos valores estimativos seguintes para cada item:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	UNID	MÊS /ANO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	27	Auxiliares de Serviços Gerais – 6 horas diárias em dias úteis.	Posto de trabalho	mês	R\$2.089,83	R\$56.425,41 /mês
2	120	<b>Pacote 1</b> - Serviços adicionais relativos ao serviço de limpeza com produtividade correspondente a <b>1 (um) profissional durante 1 (um) dia de segunda a sexta-feira (6 horas/dia).</b>	Pacote contratado	ano	R\$76,30	R\$9.156,00 /ano
3	100	<b>Pacote 2</b> - Serviços adicionais relativos ao serviço de limpeza com produtividade correspondente a <b>1 (um) profissional durante 1 (um) dia aos sábados (6 horas/dia).</b>	Pacote contratado	ano	R\$114,47	R\$11.447,00 /ano
4	100	<b>Pacote 3</b> - Serviços adicionais relativos ao serviço de limpeza com produtividade correspondente a <b>1 (um) profissional durante 1 (um) dia aos domingos e feriados (6 horas/dia).</b>	Pacote contratado	ano	R\$152,63	R\$15.263,00 /ano

CUSTO TOTAL MENSAL ESTIMADO: R\$59.414,24(2023) + 6%(repactuação) = R\$62.979,09

CUSTO TOTAL ANUAL ESTIMADO: R\$712.970,92(2023) + 6%(repactuação) = R\$755.749,17

CUSTO TOTAL ESTIMADO DO CONTATO (20 MESES).....R\$1.259.581,89

Preços referenciais obtidos do contrato atualmente vigente para o Grupo 03 com a empresa LMS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. de serviços em prédios do TRE-RN, que segue em anexo.

9.2. A metodologia de cálculo das necessidades que chegou a conclusão de que 1 (um) posto de trabalho de ASG em cada prédio apontado no item 8 baseia-se nos fatos de que:

a) Não é possível o compartilhamento de um profissional ASG por 2 ou mais prédios, mesmo que próximos entre si, uma vez que há a necessidade de incluir outros custos no contrato tais como transportes, logística e tempo de deslocamento entre os municípios, pois é sabido que no interior do estado do Rio Grande do Norte o transporte público é escasso e deficitário, o que tornaria inviável o deslocamento diário intermunicipal de um profissional.

b) Pela experiência já adotada nos contratos anteriores (e também no atualmente vigente) não se mostra necessária a contratação de mais de 01 (um) postos de trabalho nos prédios pequenos dos Cartórios do Interior apontados no item 8, pois o serviço de limpeza interna e externa é mantido satisfatoriamente com apenas 01 (um) profissional.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, com fornecimento de profissionais Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) para os prédios dos Grupos 01, 02, 04 e 05 (ver municípios citados no item 8) deverá ser feita em um lote único para os imóveis cujas zonas sejam sediadas de cada município pelos motivos expostos a seguir:

10.1 Os referidos prédios da Justiça Eleitoral são padronizados de móveis, equipamentos e utensílios, o que permite a otimização de profissionais em demandas excedentes, em casos de haver necessidades de deslocamento provisório de profissionais para atendimento dos eventuais acréscimos de demandas pontuais, o que seria impraticável no caso da prestação dos serviços por empresas diferentes, uma em cada prédio.

10.2 O quantitativo de profissionais é pequeno, com a distribuição de apenas 1 pessoa por prédio, 27 (vinte e sete) postos de trabalho de ASG's.

10.3 O fato de ser uma equipe única, otimiza os custos com a manutenção de um supervisor chefe único para os prédios, sendo um profissional que tenha competência para ser o preposto da empresa em todos os imóveis do Grupo 03, unificando e padronizando todos os procedimentos a serem executados pela contratada.

10.4 A Otimização do manuseio dos equipamentos e materiais fornecidos pelo TRE/RN para profissionais de uma única empresa, padroniza a forma de utilização e conservação da durabilidade dos mesmos.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação se torna correlata a outros contratos firmados pelo TRE/RN, tendo em vista que são pertinentes ao andamento da execução dos serviços, tais como:

- a) compra de insumos essenciais para a execução dos serviços, como panos, detergentes, buchas, escovas, vassouras, ródos, etc;
- b) Aquisição de equipamentos de jardinagem e limpeza externa tais como cortador de grama, roçadeira, aspirador de pó, etc.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Este pedido de contratação de empresa especializada está alinhado ao planejamento instituído pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, sendo parte integrante e prevista no Plano de Contratações Anual, exercício 2024 - **COP.POO\_24.01**, a exemplo das contratações já existentes nos mesmos moldes dos exercícios anteriores em relação aos serviços de limpeza nos imóveis do TRE/RN.

A meta estratégica perseguida pela instituição nesta contratação se traduz na eficiência do funcionamento da Administração Pública, terceirizando serviços não prestados por servidores do quadro funcional do TRE/RN.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a contratação em epígrafe, se traduzem em manter os serviços de limpeza nos prédios do TRE/RN no interior do estado, dos Grupos 01, 02, 04 e 05.

O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

Mesmo havendo a opção de prorrogação da contratação, esta é incerta, e a empresa precisa absorver todos os custos empregados na contratação no primeiro ano. No entanto, quando a celebração do contrato é por um prazo maior, neste caso 02 (dois) anos, há vantajosidade econômica, pois os custos iniciais da Contratada serão absorvidos durante um prazo maior, gerando uma economia aos cofres do Contratante, diferentemente do que ocorreria se o contrato fosse celebrado pelo prazo de apenas 01 (um) ano, já que os custos iniciais seriam idênticos e absorvidos em prazo inferior.

Os serviços possuem natureza continuada pelo fato de serem serviços necessários diariamente e sua interrupção pode gerar prejuízo à prestação das atividades realizadas pela instituição.

#### **14. Providências a serem Adotadas**

Não haverá custos de adequação de ambientes e espaços físicos para viabilizar a contratação de uma empresa prestadora de serviços de limpeza, pelos seguintes motivos:

- a) O TRE/RN dispõe de prédios equipados com utensílios essenciais aos serviços a serem contratados;
- b) Todos os prédios dos municípios elencados no item 2 já possuem espaços físicos adequados à legislação vigente no tocante à disponibilização de banheiro masculino /feminino, local para guarda de objetos pessoais, refeitórios e local para descanso;
- c) O TRE/RN já fornece materiais, ferramentas e equipamentos necessários às atividades cotidianas desenvolvidas pelos profissionais de limpeza, como também disponibiliza espaço e armários adequados a guarda de todos os materiais e equipamentos utilizados.

#### **15. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade como obedecer as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas vigentes.

A contratada deverá observar, no que couber, as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG bem como o Plano de Logística Sustentável do TRE/RN no que for cabível.

#### **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VLADIMIR PAIVA DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Por todos os motivos supracitados e, ainda, pelas experiências de contratos anteriores aprimorados a cada período vigente, temos a convicção de que a contratação de uma empresa especializada em serviços de limpeza, em continuidade as atividades já em andamento, é a solução adequada para tal demanda.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. CT 021-2023 - Limpeza - ZE Interior RN - PAE 2916-2023 ass (1).pdf (8.25 MB)

**Anexo I - 1. CT 021-2023 - Limpeza - ZE Interior RN - PAE  
2916-2023 ass (1).pdf**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Contrato nº 21/2023-TRE/RN**

Referência: Pregão Eletrônico TRE/RN nº 39/2023

Processo Administrativo Eletrônico nº 2916/2023-TRE/RN

Contratação de serviços de limpeza e conservação que firmam entre si o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE - TRE/RN e a empresa **LMS LOCAÇÃO E MÃO DE OBRA LTDA.**

Pelo presente instrumento, de um lado a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE – TRE/RN** (CNPJ: 05.792.645/0001-28), doravante denominado CONTRATANTE ou TRE/RN, sediado na Av. Rui Barbosa, nº 215, Tirol, Natal/RN (CEP 59015-290), neste ato representado por sua Diretora-Geral, ANA ESMERA PIMENTEL DA FONSECA, ou por seu(sua) substituto(a) legal, no uso de suas atribuições, e do outro lado a empresa **LMS LOCAÇÃO E MÃO DE OBRA LTDA.**, (CNPJ: 17.502.599/0001-64), doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua Conceição, 77, bl. 1, apto. 101, conceição, Viçosa-MG, Telefone: (31) 3892-5479; Correio Eletrônico: lauroemmanuel@yahoo.com.br, neste ato representada por **LAURO EMANUEL BEZERRA RODRIGUES**, CPF \*\*\*.939.656-\*\*, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de **serviços continuados de limpeza e conservação em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, localizados nos municípios de Apodi, Areia Branca, Assu, Campo Grande, Lajes, Mossoró e Patu**, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de acordo com as condições e especificações previstas no Termo de Referência e demais anexos do edital do **Pregão Eletrônico nº 39/2023-TRE/RN**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

2.1. O presente contrato terá **prazo de vigência** de 20 (vinte) meses, a contar de **07 de agosto** de 2023.

2.2. O **prazo de execução** do objeto deste contrato terá início a partir de data a ser determinada em ordem de serviço a ser expedida pelo CONTRATANTE, não sendo devido à CONTRATADA nenhum pagamento referente a período anterior à referida data.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. Findo o prazo indicado no subitem 2.1 Cláusula Segunda, em havendo interesse do CONTRATANTE e concordância da CONTRATADA, a prorrogação do prazo de vigência deste contrato estará condicionada à avaliação dos serviços prestados e à conveniência administrativa, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.2. A prorrogação do prazo de vigência deste contrato poderá ocorrer por período inferior ao inicialmente estipulado, em caráter excepcional, com as devidas justificativas, quando tal providência se fizer necessária para viabilizar tempo hábil para a conclusão de licitação destinada a uma nova contratação dos serviços.

3.2. Para os fins do disposto no subitem 3.2 desta cláusula, a CONTRATADA deverá ser notificada com a antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos da data em que se pretenda encerrar a execução contratual, para as providências necessárias.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O presente contrato possui valor total estimado de R\$ **374.145,20 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos)**, conforme detalhamento a seguir apresentado:

Item	Especificação	Quant.	Unidade	Valor Global Estimado (R\$)
1	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Cartório Eleitoral de Apodi, situada na R. FRANCISCO ROBERTO CARLOS DE MORAIS, 89, PEQUE, APODI/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(01 profissional)</b>	20	Unidade (mês)	41.796,60
2	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Cartório Eleitoral de Areia Branca, situada na RODOVIA BR-110 KM 2, ILHA, AREIA BRANCA/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(01 profissional)</b>	20	Unidade (mês)	41.796,60
3	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Cartório Eleitoral de Assu, situada na R. doutor LUIZ CARLOS, QD. F, ROTA 114/115, NOVO HORIZONTE, ASSU/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(01 profissional)</b>	20	Unidade (mês)	41.796,60
4	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Cartório Eleitoral de Campo Grande, situada na PRAÇA CEL. POMPEU JÁCOME, 74, CENTRO, CAMPO GRANDE/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(01 profissional)</b>	20	Unidade (mês)	41.796,60
5	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Cartório Eleitoral de Lajes, situada na Travessa Raimundo de Melo, nº 174, Centro, Lajes/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(01 profissional)</b> .	20	Unidade (mês)	41.796,60
6	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Fórum Eleitoral de Mossoró, situada na AV. ABEL COELHO, 1181, ABOLIÇÃO II, MOSSORÓ/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(02 profissionais)</b> .	20	Unidade (mês)	87.498,40
7	Prestação de Serviço de limpeza e higienização de ambientes internos e externos através de mão de obra de ASG (auxiliar de serviços gerais) na unidade Cartório Eleitoral de Patu, situada na R. VALDEMAR IZÍDIO LIMA, S/N, PADRE JOSÉ CRUZA, PATU/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência <b>(01 profissional)</b> .	20	Unidade (mês)	41.796,60





Item	Especificação	Quant.	Unidade	Valor Global Estimado (R\$)
8	<b>Pacote 1</b> - Serviços adicionais relativos ao serviço de limpeza com produtividade correspondente a 1 (um) profissional durante 1 (um) dia de segunda a sexta-feira, conforme especificações contidas no Anexo I do Termo de Referência.	120	Unidade	9.157,20
9	<b>Pacote 2</b> - Serviços adicionais relativos ao serviço de limpeza com produtividade correspondente a 1 (um) profissional durante 1 (um) dia aos sábados, de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Termo de Referência.	100	Unidade	11.447,00
10	<b>Pacote 3</b> - Serviços adicionais relativos ao serviço de limpeza com produtividade correspondente a 1 (um) profissional durante 1 (um) dia aos domingos e feriados, de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Termo de Referência	100	Unidade	15.263,00

4.2. Os valores indicados no subitem 4.1 desta Cláusula serão pagos de acordo com os serviços efetivamente prestados, nas quantidades e condições estabelecidas neste contrato e no Anexo I (Termo de Referência) do edital do pregão eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato, após avaliação da qualidade da execução contratual.

4.3. Nos valores indicados no subitem 4.1 desta Cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

5.1. Os valores dos serviços que são objeto do presente contrato poderão sofrer repactuação, mediante solicitação da CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no Anexo I (Termo de Referência) do edital do Pregão Eletrônico mencionado na Cláusula Primeira deste contrato.

5.2. A repactuação de preços poderá ser formalizada por meio de apostilamento a este contrato.

5.3. Independentemente de a CONTRATADA ter solicitado a repactuação e essa ter sido ou não analisada e autorizada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA é obrigada a pagar os salários dos seus empregados alocados para a execução contratual conforme o disposto em convenção coletiva de trabalho vigente, com observância da data base e da convenção coletiva de trabalho da respectiva categoria profissional.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes deste contrato se enquadram na Ação JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL (N.D.: 339037.02) e serão inicialmente atendidas pela Nota de Empenho nº 2023NE000408.

6.2. É admitida a cessão de crédito decorrente deste contrato, de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SG/SEDGG/ME nº 53/2020.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

7.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia para assegurar o cumprimento deste contrato, nos moldes do art. 56 da Lei 8.666/1993, com validade durante toda a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência contratual. O comprovante da prestação da garantia deverá ser apresentado ao CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura deste contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, a critério do CONTRATANTE. A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação do prazo de vigência contratual e reposta em caso de utilização, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



7.2. O valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do presente contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados.

7.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida pela CONTRATADA, deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do presente contrato;
- b) prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução deste contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) **obrigações trabalhistas e previdenciárias** de qualquer natureza, decorrentes da execução do presente contrato, não adimplidas pela CONTRATADA.

7.4. O comprovante de prestação da garantia deverá ser apresentado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) exercer a fiscalização do presente contrato, por meio de servidores formalmente designados;
- b) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos termos previstos neste contrato e no Anexo I (Termo de Referência) do edital do Pregão Eletrônico mencionado na Cláusula Primeira deste contrato;
- c) prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos solicitados, relacionados à execução do presente contrato;
- d) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente contrato, em especial na aplicação de sanções administrativas e alterações contratuais;
- e) demais obrigações descritas no Anexo I (Termo de Referência) do edital do Pregão Eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar os serviços que são objeto deste contrato observando as exigências e especificações descritas no Termo de Referência e demais anexos do edital do Pregão Eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato;
- b) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução contratual, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- d) orientar seus empregados alocados para a execução contratual quanto à necessidade de observância das normas de segurança da informação do CONTRATANTE, a serem indicadas pelo fiscal ou pelo gestor deste contrato;
- e) apresentar as notas fiscais/faturas decorrentes da execução contratual, contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos dos serviços realizados, com observância dos valores contratados;





f) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato;

g) viabilizar a abertura de Conta Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação, nos termos da legislação vigente, destinada ao provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos seus empregados que, alocados para a execução do presente contrato, fiquem à disposição nas dependências do CONTRATANTE para a prestação do serviço contratado, caracterizando o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS PENALIDADES**

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão de acordo com o estabelecido no art. 77 da Lei nº 8.666/1993, constituindo também motivos para o rompimento do ajuste aqueles previstos no art. 78 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.2. A rescisão, com as consequências contratuais, será regida pelos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/1993, observando-se que, nos casos de rescisão previstos nos incisos I a XI do art. 78 da mesma Lei, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato.

10.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, e de acordo com a classificação estabelecida no Termo de Referência, em anexo, aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa, calculada de acordo com a faixa de percentuais de multas prevista no Anexo I (Termo de Referência) do edital do pregão eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/1993.

10.4. Caso venha a entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, não mantiver a proposta apresentada, falhar ou fraudar na execução deste contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, a CONTRATADA poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sicafe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital da licitação que originou a presente contratação e das demais cominações legais, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1. O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PAGAMENTOS**

12.1. Os pagamentos decorrentes da execução deste contrato ficarão condicionados ao efetivo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, observado o período ao qual cada pagamento se referir, conforme as exigências e especificações descritas no Anexo I (Termo de Referência) do edital do Pregão Eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato, observada a avaliação da qualidade dos serviços, devendo cada pedido de pagamento ser instruído pela CONTRATADA com a apresentação dos seguintes documentos:

a) nota fiscal/fatura de serviços, acompanhada de memória de cálculo e com indicação do nome do banco e dos números da agência e da conta-corrente da CONTRATADA na qual será depositada a respectiva ordem bancária, sendo também admitida a apresentação de boleto com código de barras;



b) documentos comprobatórios de:

b.1) regularidade fiscal e trabalhista, que poderá ser demonstrada por meio de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais competentes;

b.2) inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);

b.3) inexistência de registros impeditivos à contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

b.4) inexistência de registros impeditivos à contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no portal da transparência ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)).

c) documentos comprobatórios do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - GFIP e Previdência Social - GPS), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

d) cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador dos serviços o CONTRATANTE;

e) cópias das folhas de ponto dos empregados alocados para a execução contratual;

f) comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas devidas aos empregados vinculados ao presente contrato, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pelo CONTRATANTE, com destaque para as seguintes obrigações;

f.1) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

f.2) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;

f.3) pagamento do 13º salário;

f.4) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

f.5) verbas de rescisão de contrato quando do término do contrato, demissão ou dispensa, na forma da lei trabalhista, de modo a demonstrar a regularidade trabalhista da empresa frente a estas despesas;

f.6) cumprimento de outras obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.

12.2. Os documentos de que tratam as alíneas "d" a "f" do subitem 12.1 deverão ser correspondentes ao mês da última competência vencida.

12.3. Os prazos para recebimento e atesto de notas fiscais ou de boletos com código de barras estão estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência) do edital do Pregão Eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato.

12.4. Cumpridas as exigências previstas nos subitens 12.1 a 12.3, efetuar-se-á o pagamento, em favor da CONTRATADA, mensalmente, mediante depósito bancário ou autenticação de código de barras, em até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a despesa for devidamente atestada pelo fiscal deste contrato, desde que não haja fator impeditivo imputável à CONTRATADA.

12.4.1. Os pagamentos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal ou do boleto com código de barras. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal, ou do boleto com código de barras, no momento em que o fiscal deste contrato atestar a execução dos respectivos serviços contratados.



12.5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da CONTRATADA (matriz/filial) encarregada da execução do contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para o pagamento da nota fiscal ou do boleto com código de barras, não se aceitando pedido de substituição de CNPJ após o dia 30 de novembro de cada ano.

12.6. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de somente efetuar cada pagamento após a atestação de que os respectivos serviços foram executados em conformidade com as especificações previstas neste contrato e no Termo de Referência e demais anexos do edital do Pregão Eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato.

12.7. Nenhum pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12.8. Será retida a parcela de 11% (onze por cento) relativa à antecipação compensável do INSS, do valor bruto dos serviços realizados e constantes da nota fiscal/fatura, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022, da Secretaria da Receita Federal.

12.9. Caso o pagamento ocorra fora do prazo estabelecido, sem que a CONTRATADA contribua para isso, o CONTRATANTE pagará o valor devido com atualização financeira, proporcionalmente aos dias de atraso, no percentual de 0,01667% ao dia, alcançando 6% ao ano.

12.10. A comprovação do cumprimento de obrigações trabalhistas pela empresa CONTRATADA abrange a exigência de que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de execução contratual, e, em caso de prorrogação da vigência do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação.

12.11. O CONTRATANTE fica autorizado a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos empregados da CONTRATADA alocados para a execução contratual, e também os pagamentos das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações pela CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.12. A critério do CONTRATANTE, a antecipação de pagamentos poderá ser autorizada, excepcionalmente, mediante relevante justificativa de interesse público e condicionada à prestação de cautelas ou garantias que assegurem o pleno cumprimento do objeto contratado.

12.13. A CONTRATADA autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados para a execução do presente contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias. Os referidos valores serão depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, e tais valores somente serão liberados nas hipóteses e condições também previstas na referida norma.

12.13.1. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a CONTRATADA e o empregado alocado na execução do presente contrato, com mais de um ano de serviço, o CONTRATANTE deverá requerer, por meio da CONTRATADA, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos, em observância ao disposto no art. 14 da Resolução CNJ nº 16/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES**

13.1. É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, no que for pertinente ao objeto deste contrato.





13.2. A CONTRATADA se compromete, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, a:

a) não revelar, divulgar ou transmitir a terceiros, em hipótese alguma, informações que lhe forem disponibilizadas pelo CONTRATANTE por força dos procedimentos necessários à execução do presente contrato, principalmente quando se tratar de informações que possam acarretar risco à segurança de ativos corporativos do CONTRATANTE, tais como computadores, redes e dados, ou que possam comprometer a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem de pessoas;

b) não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do presente contrato, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso indevido das informações disponibilizadas pelo CONTRATANTE, as quais devem ser utilizadas estritamente para as finalidades previstas no presente contrato;

c) não utilizar dados pessoais, por ela acessados ou que lhe forem repassados em decorrência da execução do presente contrato, para finalidade distinta daquela do objeto contratado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

14.1. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade.

14.2. São considerados meios de comunicação formal entre as partes contratantes:

a) correspondência via postal com aviso de recebimento ou por telegrama;

b) intimação ou notificação pessoal, provada com a assinatura do representante legal da parte ou de preposto por ela indicado;

c) mensagem eletrônica (e-mail);

d) mensagem de aplicativo de comunicação instantânea (WhatsApp ou similar).

14.3. Para os fins previstos nesta cláusula, são obrigações da CONTRATADA:

a) informar o endereço completo da sede da CONTRATADA, ou da filial encarregada da execução deste contrato;

b) informar endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone com aplicativo de comunicação instantânea (WhatsApp ou similar);

c) confirmar o recebimento das mensagens eletrônicas (e-mail) enviadas pelo CONTRATANTE, observando o prazo de confirmação expressamente indicado em cada mensagem;

d) confirmar a leitura das mensagens de aplicativo de comunicação instantânea (WhatsApp ou similar) em, no máximo, 3 (três) horas no horário comercial, devendo a extrapolação desse prazo de resposta ocorrer somente por motivo devidamente justificação, não podendo essa extrapolação ultrapassar 2 (dois) dias úteis;

e) viabilizar o atendimento às mensagens de aplicativo de comunicação instantânea (WhatsApp ou similar) no horário das 8h às 18h, em dias úteis, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;

f) manter atualizados, durante o prazo de execução deste contrato, o endereço da CONTRATADA e o endereço eletrônico e o número do telefone com aplicativo de comunicação instantânea a serem utilizados para contatos e/ou comunicações entre as partes contratantes.

14.4. Na hipótese de descumprimento injustificado, pela CONTRATADA, da obrigação de responder às mensagens eletrônicas (e-mail) e de confirmar a leitura das mensagens de aplicativo de comunicação instantânea, será considerada presumida a ciência da CONTRATADA a respeito do teor de cada mensagem, uma vez que o endereço eletrônico e o número do telefone com o aplicativo de comunicação instantânea foram indicados pela própria CONTRATADA.





14.5. A não observância, sem justificativa, por parte da CONTRATADA, das obrigações previstas nesta cláusula será considerada descumprimento contratual. Nessa hipótese, a CONTRATADA poderá ser penalizada com as sanções administrativas previstas neste contrato, assegurada a prévia e ampla defesa.

14.6. O CONTRATANTE informará à CONTRATADA os nomes, endereços eletrônicos e telefones de contato dos setores administrativos e/ou dos agentes públicos do CONTRATANTE encarregados da fiscalização da execução deste contrato, caso essas informações não constem do instrumento convocatório da licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

15.1. Aplicam-se à execução deste contrato, e em especial aos seus casos omissos, a Lei nº 8.666/1993, preponderantemente, e subsidiariamente a Lei nº 8.078/1990, a Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Resolução CNJ nº 16/2013, do Conselho Nacional de Justiça, e as demais normas que regulam as licitações e contratações pela Administração Pública Federal.

15.2. Poderão ser utilizados como instrumentos interpretativos na execução deste contrato:

a) o edital e o Termo de Referência e demais Anexos do Pregão Eletrônico referido na Cláusula Primeira deste contrato;

b) a proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Este contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União, a expensas do CONTRATANTE, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. Para dirimir questões oriundas do presente contrato será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, em Natal/RN.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ou em 1 (uma) via, na hipótese de assinatura mediante certificado digital.

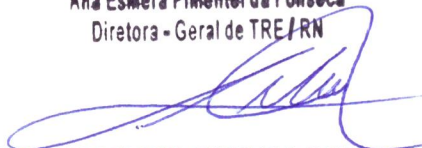
Natal-RN, 28 de julho de 2023.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Diretor(a)-Geral**

**Ana Esmera Pimentel da Fonseca**  
**Diretora - Geral de TRE/RN**



**LAURO EMANUEL BEZERRA RODRIGUES**

**CPF: \*\*\*.939.656-\*\***

**Representante Legal**

**LMS LOCAÇÃO E MÃO DE OBRA LTDA.**

**CNPJ: 17.502.599/0001-64**

**17.502.599/0001-64**

**LMS LOCAÇÃO E MÃO DE OBRA EIRELI**

**RUA CONCEIÇÃO, 77 BLOCO 01 APTO 101**

**B: CONCEIÇÃO CEP: 36570-001**

**VIÇOSA - MG**